

## **AUTOGOVERNO E CONFORMAÇÃO MORAL NO CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE: UM ESTUDO DE CASO À LUZ DA PROVA BRASIL**

---

Izabella da Silva Vieira<sup>1</sup>

### **RESUMO**

As reformas atuais tem se caracterizado por práticas globais que tem como objetivo mudanças nos padrões de regulação social. Tanto as reformas quanto as políticas educacionais estão intimamente relacionadas à gestão dos indivíduos, bem como das instituições incumbidas de educar esses sujeitos. Este trabalho tem como problema de pesquisa investigar como professores/as de duas escolas de ensino fundamental da rede pública municipal, de uma cidade do interior do estado de Alagoas, percebem no seu currículo a política do governo de avaliação nacional, a partir da implantação da Prova Brasil, através de um Estudo de Caso de turmas do 4º e 5º anos de duas escolas públicas de um município do interior do Estado de Alagoas. Daí a necessidade tomar o conceito de governamentalidade e das questões referentes às estratégias de controle e de governo, levando em consideração a racionalidade política neoliberal que se instala em tempo atuais, para o entendimento do funcionamento da educação e, mais especificamente, da avaliação como dispositivo de controle do currículo e das práticas curriculares docentes.

**Palavras-chave:** Governamentalidade; Prova Brasil; Currículo

### **ABSTRACT**

The current reforms have been characterized by global practices that aims to change patterns of social regulation . Both reforms as education policies are closely related to the management of individuals as well as institutions responsible for educating these subjects . This work has the research problem to investigate how teachers / the two elementary schools from public municipal, a city in the state of Alagoas , realize on your resume the policy of the government of national assessment , since the implementation of proof of Brazil , through a case study of classes of 4th and 5th years of two public schools in a municipality in the state of Alagoas . Hence the need to take the concept of governmentality and issues regarding control strategies and of government , taking into account the neoliberal political rationality that installs in current time , for understanding the functioning of education and , more specifically , the evaluation device as control of the curriculum and curricular practices teachers .

**Keywords:** Governmentality; Prova Brazil; Curriculum

---

<sup>1</sup> [izabellas.vieira@hotmail.com](mailto:izabellas.vieira@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Governar consiste em conduzir condutas e almas. É uma maneira de atuar sobre um ou ainda, vários sujeitos atuantes. É uma conduta que objetiva agir sobre outras condutas; que almeja incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar o comportamento dos sujeitos. Governar também implica na relação que se pode estabelecer consigo mesmo, na ação do sujeito sobre si próprio (FOUCAULT, 1979).

A partir da Modernidade o Estado torna-se um Estado de governo, processo este denominado por Foucault de governamentalização do estado moderno. A partir deste período assistimos a introdução da arte do governo ao nível do Estado. Embora a arte de governar tenha aparecido a partir do século XVI, a Razão de Estado constituiu um obstáculo para o desenvolvimento da arte de governo até o final do século XVIII, quando fenômenos como a expansão demográfica, relacionados à abundância monetária e, por conseguinte, ao aumento da produção agrícola, funcionaram como processos que intervieram no desbloqueio da arte de governar (FOUCAULT, 1979).

Com a Revolução Industrial e o aperfeiçoamento do sistema capitalista, tornou-se necessário manter vivo cada indivíduo para extrair sua força útil. Tornou-se necessário também controlar os processos referentes à população para geri-la de maneira menos onerosa, porém, mais eficiente. É nesse contexto que a estatística aparece, para fazer cálculos probabilísticos e o consequente controle dos índices de natalidade, mortalidade, de produção e etc.

É o nascimento de táticas totalmente novas, a população emerge como um fim, mas também como um instrumento para o governo. É a população que será levada em consideração nas observações do governo, primordial para se conseguir governar de forma racional e planejada. “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de ‘economia’” (FOUCAULT, 1979, p. 290).

O problema específico da população conduziu Foucault à questão do governo, bem como, a arte de governar, uma nova tecnologia de poder que visualiza o interesse individual, ao passo que também, visualiza o interesse geral, enquanto interesse da população, sem, contudo, eliminar a tecnologia disciplinar. “Mas que nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população” (FOUCAULT, 1979, p. 291).

### Governamentalidade e Educação

Foucault vê consolidar-se no século XVIII uma prática de governo que permanece até hoje. Três movimentos que ele enumera como governo, população e economia política um conjunto que ainda não foi desmembrado. Uma arte de governar, a governamentalidade, que ele define como:

1 - o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais dispositivos de segurança.

2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se

pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 1979, p. 291-292).

Um conjunto de práticas e estratégias governamentais que fazem com que os indivíduos livres possam controlar a si mesmos e a outras pessoas, a governamentalidade tem como objetivo criar indivíduos governáveis, através do controle e da norma.

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu o estado sobreviver. (FOUCAULT, 1979, p. 292).

Só é possível compreender o Estado, tanto no âmbito de sua sobrevivência quanto de seus limites a partir das táticas gerais da governamentalidade. Esse Estado de governo não se define mais por seu território, mas por sua população e se utiliza da instrumentalização do saber econômico (FOUCAULT, 1979, p. 291). É graças a esta governamentalidade interna e externa ao Estado que ele consegue manter-se de forma tão eficaz no cenário político moderno. Na medida em que governo pode ser definido enquanto técnica de condução das condutas, a governamentalidade deve ser entendida como regime de poder e como um campo estratégico permeado por relações de forças, no qual se entrecruzam ao tempo em que também se articulam práticas de governo, ou ainda, de regularização e estabilização das condutas. “A governamentalidade contemporânea supõe, então, que o Estado dê conta politicamente do todo e de cada um, o que implica em estratégias macro e micro políticas” (PRADO FILHO, 2006, p. 82).

Desta forma, o governo passa por modificações que interpelam diretamente as relações que se dão nas instituições, relações sociais e interpessoais. “O controle torna-se uma prática de governo que busca, através do conhecimento das atividades das pessoas, dirigir políticas e determinar os objetivos que devem ser alcançados (e desejados) por todos os indivíduos” (DEL PINO; VIEIRA; HYPÓLITO, 2009, p. 115).

O sentido discutido por Foucault do termo governamentalidade ajuda a construir as ferramentas necessárias para entender a racionalidade política neoliberal, ou tal como aponta Garcia (2010) o novo gerencialismo, que tem se constituído como a base das reformas do Estado e dos princípios mais gerais que tem orientado as reformas educacionais na atualidade. No campo da racionalidade política, a governamentalidade deve ser analisada enquanto tecnologias de governo. Racionalidade esta que se dirige a intenção de obter resultados a custos mínimos, ou previsíveis. “As racionalidades políticas modernas são formas de poder político referidas ao ‘Estado’ e implicam em tecnologias de poder individualizador, que passam por regimes de verdade e conhecimento” (GARCIA, 2010, p.449). Para Foucault (2008) as

modificações interpeladas pelas práticas de governo exigiram, de alguma maneira, novas modalidades de organização e de produção de determinados tipos de saber.

A implantação e consolidação das reformas educacionais pressupõem a existência de uma ampla trama de forças e estratégias, objetivando ordenar e orientar ações dos sujeitos em relação aos critérios estabelecidos como oficiais. Podem ser elaborados no âmbito interno, ou no campo externo, mas que alcance os diversos espaços de atuação e implementação dos programas e das políticas. Permitindo a condução das condutas mesmo que à distância. Como exemplo, temos a atuação dos organismos internacionais como UNESCO, ONU, FMI, Banco Mundial.

Nessa direção, esses organismos mobilizam um conjunto de *experts*, centros estatísticos, bancos de dados, seminários mundiais e regionais, documentos, programas de metas regionais, revista etc., que, de modo refletido, fazem uma representação da realidade educacional desses países e o alinhamento de diretrizes e metas que efetivamente vêm direcionando as políticas educacionais de cada país, entre eles o Brasil (GARCIA, 2010, p. 449).

As táticas do neoliberalismo para a educação apontam para uma descentralização das “responsabilidades” do Estado e ao mesmo tempo, a centralização do controle da gestão, além de formas alternativas de financiamento e de responsabilização direta das instituições escolares.

[...] Contratos, metas, indicadores (como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB) e os bancos de dados que resultam dos exames nacionais, por exemplo, currículos prescritos, políticas de avaliação e auditoria garantem o governo à distância e a responsabilização individualizada dentro de metas e estratégias definidas centralmente (GARCIA, 2010, p. 449).

Uma suposta realocação dos poderes do Estado para as instituições educacionais, bem como de seus partícipes. Esse conjunto de estratégias governamentais forma uma intrincada relação de poder centralizador, governamental, de práticas de subjetivação, ou seja, de governo do eu. E a escola como uma das instituições mais importantes para o controle e a normalização da sociedade, precisa ser analisada a partir desta perspectiva.

Com a governamentalidade pode-se, por exemplo, compreender melhor por que a educação escolar, tornou-se, ao mesmo tempo, objeto e objetivo centrais para o Estado moderno. E, na medida em que a escola tornou-se a instituição capaz de melhor e mais vigorosamente articular a genealogia do sujeito com a genealogia do Estado, também se compreende que a escola tem um papel preponderante nas transformações do mundo contemporâneo (VEIGA-NETO; TRAVERSINI, 2009, p. 16).

A escola tem sido uma instituição estratégica nessa política de subjetivação. “Foi com base em Foucault que se pôde compreender a escola como uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a informam e aí se ensinam, sejam

eles pedagógicos ou não” (VEIGA-NETO, 2004, p. 18). A partir das discussões foucaultianas é possível analisar as políticas educacionais não sobre o prisma ideológico, mas a partir da constituição de dispositivos, que conseguem agir no nível das práticas cotidianas de educadores/as, que infiltram através de mecanismos capazes de fazer um controle do trabalho docente.

A escola aparece na modernidade e continua a ser na contemporaneidade uma instituição primordial para o disciplinamento e governo dos corpos, essencial para a gestão e normalização de condutas. De forma muito peculiar, o currículo e a avaliação se consolidam na atualidade como dispositivos de controle dos alunos, daquilo que se ensina nas salas de aula e do trabalho realizado por professores/as diariamente.

## **2. Prova Brasil como dispositivo de controle do trabalho docente**

A fim de criar sujeitos governáveis, via técnicas de controle e normalização de condutas das pessoas e que também age de modo a reforçar a ideia de autocontrole. “Foucault reforça a análise de que um dos principais aspectos das sociedades modernas é a existência de técnicas de poder que observam, monitoram, moldam e controlam o comportamento das pessoas” (SILVEIRA, 2005, p. 93). Essas estratégias são possíveis através de dispositivos de controle.

Uma das formas de regulação daquilo que se ensina nas escolas brasileiras acontece a partir da elaboração e implementação de políticas curriculares a nível nacional, que acontece atrelado à divulgação por meio de livros didáticos, formação de professores/as e controle por meio de avaliações externas e “o conjunto de documentos político-pedagógicos, tal como os Parâmetros Curriculares Nacionais, acaba contribuindo para controlar o saber – fazer docente, funcionando para determinar aquilo que deve e pode ser feito no processo de trabalho” (VIEIRA, 2006, p. 2).

A Prova Brasil teve rápida repercussão nas comunidades escolares, visto que é um dos pontos considerado no IDEB<sup>2</sup>, instrumento que mede o índice de desenvolvimento da educação básica. Esse modelo avaliativo tem provocando debates e tensões entre os profissionais da educação em todo país, uma vez que tem sido implantado em todas as redes públicas estaduais e municipais de ensino. A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala, que verifica o desempenho dos/as estudantes das turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas áreas de Língua Portuguesa, com ênfase na leitura e Matemática, com destaque na resolução de problemas. Desta forma, os resultados desta avaliação fornecem as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes, permitindo a exposição e comparação de cada unidade de ensino, ainda que cada uma possua características bem peculiares. A Prova Brasil possui uma matriz de referência que indica as habilidades/competências que serão avaliadas nas provas. A primeira edição aconteceu em 2005 e tem sido realizada a cada dois anos.

As políticas de avaliação nacional vêm intensificando o controle sobre o trabalho escolar e docente, desencadeando uma série de expedientes e casuísmos para atingir as médias de desempenho necessárias: o treinamento dos alunos para os exames, as classes de ‘aceleração’, ou simplesmente a exclusão de alunos das classes populares cujos desempenhos possam comprometer a imagem e os índices de desempenho da escola. (GARCIA, 2010, p. 453)

---

<sup>2</sup> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Nas sociedades contemporâneas a avaliação aparece como um importante instrumento de controle, tanto em relação aos alunos/as, quanto em relação à/os professores/as. Esse dispositivo torna-se fundamental, na medida em que incita os indivíduos à autorregulação. “Os exames nacionais colocam as instituições educacionais e seus agentes num campo de hierarquias e visibilidades, objetos de ações e programas gestados no MEC para a elevação dos índices de seu desempenho” (GARCIA, 2010, p. 453).

### 3. O universo da pesquisa

Para desenvolver esta pesquisa foram selecionadas como campo de investigação duas escolas públicas de Ensino Fundamental, da rede municipal de São Miguel dos Campos, município situado no interior do Estado de Alagoas. Estas escolas foram escolhidas com base no desempenho da Prova Brasil e no resultado obtido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Foi este estudo prévio que possibilitou a escolha de escolas que participaram da 1ª, 2ª e da 3ª edição da Prova Brasil, respectivamente em 2005, 2007 e em 2009. Ambas estão localizadas na zona urbana e tiveram boas notas no IDEB em relação às outras escolas do mesmo município. Além disso, as duas escolas possuem número semelhante de alunos/as matriculados/as, sendo, portanto, escolas do mesmo porte. Foram selecionados especificamente os/as professores/as das turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, por serem ofertadas pelas duas escolas, sendo dois professores/as da escola A, e seis da escola B, totalizando um universo de oito professores/as.

### 4. Governamentalidade e controle do trabalho docente

Para Foucault (2008), a arte do governo incide sobre todos, de forma que a liberdade ou apenas a sensação de liberdade permite que sejamos mais bem governados, corroborando para uma espécie de consentimento nas escolhas e também nas condutas. Temos assistido a um aprimoramento das práticas de governo e mais especificamente das tecnologias do eu.

Ao produzir eficientes formas de controle e de autocontrole, o *novo gerencialismo* cria a ilusão de que as decisões educativas estão livres de qualquer imposição, naturalizando posturas individualistas, hegemônicas soluções e resultados. Todos e cada um passam a ser vistos como problemas de gestão. Os sujeitos sujeitados a um controle desse tipo são interpelados pelas práticas de governo, assumidas como se fossem escolhas próprias, autônomas. Nessa dimensão, o controle é assumido e interiorizado por cada agente. Trata-se de dispositivos de poder e de saber que se impõem sobre os processos de vida, com vistas a controlá-los e transformá-los. (DEL PINO, VIEIRA, HYPÓLITO, 2009, p. 115)

Na arena política, as táticas de governo têm se esforçado em atingir a liberdade individual aliada à capacidade de escolha, ao passo em que assistimos uma intensificação de mecanismos éticos que têm sido postos em funcionamento na sociedade do controle. Nessa perspectiva, a avaliação torna-se elemento crucial no que se refere à vigilância e ao controle em tempos neoliberais. O controle ocorre especialmente sobre a ação do currículo ao colocar

conteúdos do seu campo em funcionamento e ao movimentar a avaliação destes conteúdos, voltando-se a conformação moral dos/as docentes.

Com tal modelo de gerência, os professores vão produzindo informações e se convertem em objeto de informação. Isso permite que os agentes escolares possam quantificar seus desempenhos profissionais e a satisfação dos clientes (os alunos, seus pais, a própria comunidade). O docente vê sua prática cercada por instrumentos de medição, convencido da grande ajuda que eles oferecem para melhoria da qualidade de seu trabalho. (DEL PINO, VIEIRA, HYPÓLITO, 2009, p. 119)

São táticas que os/as docente/s são instigados/as a adotar e que vão sendo assimiladas como benéficas ao seu trabalho e também inevitáveis, ao final de tudo. Os docentes passam a incorporar o discurso das políticas oficiais, convencidos de ser a melhor opção para a melhoria da educação. Para Arroyo (2011, p47) “a cultura do intocável pesa sobre a cultura docente como um mecanismo de controle dos próprios docentes”.

Quando perguntados/as sobre a quem atribuíam o resultado nas avaliações, grande parte dos/as entrevistados atribuiu ao seu próprio desempenho, ao seu trabalho, corroborando a autorresponsabilização: “acredito que o meu trabalho, o reflexo do meu trabalho, apesar de que eu não gostei do reflexo do ano passado” (P5). A professora estava referindo-se a avaliação de 2009 e não gostou do resultado, porque na prova anterior a escola tinha ficado com o melhor resultado no município e em 2009 ficou com a segunda colocação.

A implementação da política de avaliação provocou mudança nos discursos dos/as docentes. Quando perguntados/as se os/as professores/as notaram alguma diferença na sua escola e em seus colegas de trabalho, os/as entrevistados/as responderam:

Sim, porque houve um avanço muito grande, tanto no professor quanto no aluno. O professor fica mais atento, eu vou ter que me preparar mais porque está sempre acontecendo mudanças e o aluno tem que ficar por dentro de todos os assuntos, não só os da Provinha Brasil, como aprendizagem do aluno. Por conta da cobrança da prova o professor fica mais atento em trabalhar aquele conteúdo. (P1)

Só a movimentação. E a Coordenação Pedagógica conversava com a gente sobre a Prova Brasil. Há um movimento porque em todo caso há uma expectativa de uma prova que vai acontecer a nível nacional, então o professor junto com a direção. Têm reuniões para conversar um pouco sobre a Prova Brasil, porque todo mundo quer ver sua escola melhor. (P2)

Notei satisfação, por parte da coordenação, quando você realiza um trabalho e tem êxito todo mundo fica alegre, pais, alunos. (P6)

Sim, comprometimento e realização de atividades. (P7)

A pesquisa apontou uma postura dos/as professores/as como gerentes de si mesmos, alinhando suas práticas curriculares à proposta imposta pela Prova Brasil, mediante o discurso da eficiência, no trato dos conteúdos exigidos na Prova Brasil em sala de aula. E a formação

continuada reforçando todo este discurso da necessidade da melhoria da educação e a grande responsabilização do professor para o salto da qualidade.

Para Coutinho e Sommer (2011, p. 98) estabelece-se o regime do eu: “no qual cada docente se localiza na medida em que efetua um balanço pessoal, presta contas (confessa suas verdades), assume sua formação como autoformação, mobilizada por uma *prática reflexiva*. Em uma expressão, *age sobre si mesmo*”.

Tomando o governo enquanto condução da conduta, educar é governar, cabendo também ao/a professor/a tomar posse de determinados saberes e também de práticas, que dentre muitas possibilidades, medeiam a relação que cada um estabelece consigo mesmo, direcionando sua própria conduta enquanto docente (COUTINHO, SOMMER, 2011).

A intensificação de campanhas televisionadas e de campanhas nas escolas carrega a marca de um forte apelo moral, convocando professores/as a embarcarem na empreitada pela busca da melhoria dos índices de educação do país, utilizando-se do discurso da educação para todos e também do discurso da qualidade.

A mídia tem dado destaque às avaliações nacionais, evidenciando as escolas com melhores e piores resultados.

Os sistemas, as escolas e os professores são classificados em bem-sucedidos ou mal sucedidos. De um lado os merecedores de destaque, louvor pelos êxitos na transmissão e nas aprendizagens de competências que trarão o progresso e o futuro da nação. De outro lado, os merecedores de reprovação, vergonha por não terem tratado com profissionalismo conteúdos e rituais sagrados do bem ensinar e bem aprender competências necessárias ao progresso. (ARROYO, 2011, p 48)

Nas escolas, essas campanhas não estão acontecendo de forma sutil, é notável a preocupação em expor melhores índices. Na escola B, por exemplo, havia um cartaz grande, colorido, logo na entrada, contendo as metas do Ideb já alcançada pela escola.

Nesse sentido, entendemos a importância de observar e ouvir o que os sujeitos que são o alvo mais direto das políticas de avaliação, através da Prova Brasil: os/as professores/as. A avaliação dos professores/as sobre a existência da Prova Brasil como uma avaliação nacional foi positiva para quase todos os entrevistados/as: apenas o/a entrevistado/a P3 que afirmou que a Prova Brasil é “uma forma que se encontrou pra se avaliar o tipo de conhecimento do que se está passando pra o aluno”. Com exceção do P3, nenhum/a outro/a professor/a levantou questões referentes ao controle ou a simplificação do conteúdo trabalhado em sala de aula, ou ainda de cunho político de exigência da aplicação da prova, ou mesmo do condicionamento da escola aos descritores estabelecidos nas matrizes de referência da Prova Brasil.

A entrevistada P6 considerou a Prova estimuladora e, embora P5 tenha considerada a Prova “forte” para os alunos, afirmou que “ter a Prova Brasil é bom para ver como está o nível” (P5).

Um dos entrevistados chegou a comentar da necessidade dos professores/as também serem avaliados “2009 foi diferente porque foram em todas as turmas, mas eu achei muito bom ter uma avaliação nacional. E acho que o professor também deveria ser avaliado” (P4).

Quanto à questão da classificação das escolas por notas, este aspecto não pareceu um problema para os/as professores/as, “acho que é uma forma de toda equipe sempre buscar um nível maior tanto em nota, quanto em qualidade de ensino” (P3). Para P7 “eu acho necessário já que é nota. Porque isso leva a quem tira nota baixa estudar para melhorar”.

Assim, a preocupação com a preparação dos alunos para a Prova Brasil favorece a construção de um modo específico de comportamento a ser seguido, certo modelo de conduta, em que professores fiscalizam-se e cobram-se individualmente e coletivamente.

Dispositivos disciplinares foram dando espaço para dispositivos cada vez mais controladores dos sujeitos, sem, contudo, ser necessário utilizar punições mais diretas. “Os envolvidos no processo de avaliação, no caso da escola, os professores, pais e as leis estão aí para garantir que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva. O que será tocado é a alma que sofrerá com a condenação” (DIAS, 2005, p. 27).

Nesse aspecto, a Prova Brasil tem se mostrado um mecanismo bastante eficaz na promoção da competição e do individualismo nas escolas, além de ser um mecanismo bastante eficiente de controle, padronização e simplificação do trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes e seus currículos, ao ponto de dispensarem cada vez mais a gerência externa, internalizando-a como autogerência.

## **(IN) CONCLUSÕES**

É possível perceber que a partir desta política de avaliação da Prova Brasil, atrelada à política curricular e de financiamento, desenvolveu-se uma forma de regulação dentro do qual o/a docente é submetido à perda da autonomia. “A avaliação e seus resultados funcionam como reguladores e indicadores do processo educacional, visto que os próprios mecanismos utilizados na construção curricular já delimitam como e até aonde o professor e aluno podem e devem atuar” (BARREIROS, 2002, p.4). Introduzindo moldes de submissão, que tenta fornecer determinada habilidade.

A intensificação de campanhas televisivas bem como as campanhas nas próprias escolas carrega a marca de um forte apelo moral, convocando professores/as a embarcarem na empreitada pela busca da melhoria dos índices de educação do país, utilizando-se do discurso da educação de qualidade para todos.

Nessa perspectiva a avaliação torna-se elemento crucial no que se refere à vigilância e ao controle governamental. O controle ocorre especialmente sobre a ação do currículo ao colocar conteúdos do seu campo em funcionamento e ao movimentar a avaliação destes conteúdos, voltando-se a conformação moral dos/as docentes.

O professor/a transforma-se em um gerente de si mesmo. E já não percebe o controle, pois passa ele mesmo a ser o gerente de si, controlando, vigiando suas ações e se cobrando por mudanças nas metodologias, pelo cumprimento do currículo e consequentemente pelos melhores resultados nas avaliações nacionais.

## **REFERÊNCIAS**

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARREIROS, Débora. As Matrizes de Referência (MCR) para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): O caráter disciplinador e a perda da autonomia... 25ª Reunião da

ANPED, GT 12, 2002. Disponível em < <http://www.anped.org.br/>> Acesso em 30 de novembro de 2009.

DEL PINO, Mauro Augusto Burket; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Trabalho Docente, Controle e Intensificação: Câmeras, Novo Gerencialismo e Práticas de Governo. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

COUTINHO, Karyne Dias, SOMMER, Luis Henrique. Discursos sobre a formação de professores e arte de governar. In.: Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, pp.86-103, Jan/Jun 2011.

DIAS, João Batista da Cruz. O discurso da avaliação como exercício de poder: um estudo de caso em escolas da região metropolitana de Curitiba-PR. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2005.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. In: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. V. 15, n 45 set./dez. 2010.

PRADO FILHO, Kleber. Michel Foucault: uma história da governamentalidade. Rio de Janeiro: Insular e Archiamé, 2006.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. Michel Foucault: Poder e Análise das Organizações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo, TRAVERSINI, Clarice. Apresentação – Porque Governamentalidade e Educação. In: EDUCAÇÃO & REALIDADE. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v. 34, n. 2 p. 1-294 mai./ago. 2009

VIEIRA, Jarbas Santos. Controle através da tradição: dispositivos de regulação conservadora currículo e trabalho docente. 29º Reunião da ANPED, GT 12, 2006. Disponível em <<http://www.anped.org.br/>> Acesso em 30 de novembro de 2009.